

A ESTRUTURA PATRIMONIAL DO SISTEMA BANCÁRIO NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE (I-2007/I-2014)

Giuliano Contento de Oliveira

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

Este trabalho examina as mudanças ocorridas na estrutura patrimonial do sistema bancário no Brasil no período recente, assim como aspectos metodológicos relacionados às informações contábeis publicadas pelos bancos no Brasil. O interregno considerado, entre março de 2007 e março de 2014, contempla o período imediatamente anterior à crise financeira global de 2008, bem como o período subsequente. Além disso, ao longo deste período foram observadas alterações importantes na política monetária no Brasil. Entre outubro de 2012 e abril de 2013, a taxa Selic atingiu o seu menor patamar no período pós Plano Real, tendo atingido 7,25% ao ano. Poder-se-ia esperar que a redução persistente dos juros lançaria as bases para um processo de realocação da riqueza financeira na economia brasileira em direção aos ativos com menores graus de liquidez. Não obstante, a taxa básica de juros manteve-se naquele patamar por um curto período.

1 OS BALANÇOS DOS BANCOS

Os dados de balanço dos bancos podem ser apresentados a partir de diferentes critérios de apuração e contabilização. As informações contábeis de uma mesma instituição financeira podem ser muito diferentes entre si, a depender do critério de apuração e contabilização de suas demonstrações. As informações contábeis de um banco podem ser analisadas sob a ótica do conglomerado financeiro; do conglomerado econômico-financeiro; e da instituição independente.

O conglomerado financeiro é formado pelo conjunto de instituições financeiras que fazem parte de um dado grupo. Os dados de balanço do conglomerado financeiro (documento nº 4040) são, pois, consolidados, de sorte a concebê-lo como se ele fosse uma única instituição. Evidentemente, as entidades não financeiras não participam desse processo de consolidação, embora possam afetar o ativo e os resultados de um dado conglomerado financeiro. A ideia da consolidação consiste em considerar

apenas as transações do grupo financeiro com terceiros, fora do grupo, sendo eliminadas as transações realizadas entre as suas entidades integrantes.

Já no conceito de conglomerado econômico (documento nº 4050), o processo de consolidação das informações contábeis contempla tanto as entidades financeiras como as não financeiras que integram um dado grupo econômico.

Finalmente, no caso das demonstrações contábeis das instituições financeiras (documentos nº 4010 e nº 4020), os dados não sofrem qualquer processo de consolidação.

A análise da estrutura patrimonial do sistema bancário no Brasil no período recente tomou como referência a base de dados disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), "50 maiores bancos". Foram analisados os dados patrimoniais do chamado "consolidado bancário I", somatória das posições contábeis das instituições bancárias do tipo instituições independentes I e conglomerado bancário I. As instituições independentes I são as instituições financeiras tipo banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica que não integram conglomerado. Já o conglomerado bancário I corresponde aos conglomerados financeiros que detêm pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial.

2 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

Já a partir do segundo trimestre de 2009 verificou-se um aumento representativo da participação das operações de crédito do sistema bancário no Brasil em relação ao ativo total, depois da interrupção da trajetória de crescimento dessa razão entre o terceiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, sob o impacto da crise financeira global e do subsequente aumento da incerteza.

Esse expressivo crescimento do crédito foi viabilizado, fundamentalmente, pelo papel não apenas anticíclico, mas também dinamizador dos bancos públicos, destacadamente da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB). Essas instituições, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exerceram um papel determinante para o aumento das operações de crédito no país depois da eclosão da crise em 2008.

Com efeito, em conjunto, as operações de crédito e arrendamento mercantil de CEF e BB passaram a corresponder a aproximadamente metade do ativo total do sistema bancário (consolidado I). O crescimento da relação crédito/ativo do sistema bancário no Brasil ocorreu, vale salientar, em um contexto de forte crescimento do ativo total desse sistema, assim como em um ambiente de maior incerteza. Os bancos privados, por seu turno, acompanharam de forma bem menos ousada essa trajetória de expansão comandada pelos bancos públicos. Contudo, não fosse o papel desempenhado pelos bancos públicos, decerto o comportamento tipicamente procíclico dos bancos privados teria suscitado uma expressiva retração do crédito no Brasil no período posterior à crise financeira global iniciada em 2008.

Esse substancial aumento das operações de crédito no ativo total do sistema bancário teve como contrapartida a redução da participação das operações com títulos e valores mobiliários (TVM).

Em relação ao passivo desse sistema, verificou-se um forte aumento da captação via aceites e emissão de títulos, em decorrência da criação e consolidação das Letras Financeiras (LFs). Esse instrumento de captação tem crescido a taxas substantivas, contribuindo para a captação de recursos de médio e longo prazo por parte das instituições que compõem o sistema financeiro, assim como para a intensificação da conexão entre o mercado financeiro e o mercado de capitais no país – condição relevante para a constituição de um sistema de financiamento de longo prazo dinâmico e diversificado.

Com o expressivo crescimento da captação via emissão de LFs, a participação relativa dos depósitos no passivo total do sistema bancário diminuiu. Essa redução foi condicionada, fundamentalmente, pela retração dos depósitos a prazo.

As captações no mercado aberto também apresentaram aumento relevante no período pós crise, depois da retração registrada no terceiro e quarto trimestres de 2008.

3 EXPANSÃO DO CRÉDITO COMANDADA PELOS BANCOS PÚBLICOS

Pode-se afirmar que enquanto a forte expansão do crédito ocorrida entre meados de 2003 e o terceiro trimestre de 2008 foi comandada pelos bancos privados, a elevação verificada depois da eclosão da crise financeira global em 2008 foi liderada pelos bancos públicos.

Não obstante, limites se colocam para a continuidade desse processo. Certamente, medidas orientadas para a redução do patamar da taxa básica de juros, assim como para o alongamento dos prazos das operações passivas dos bancos e para a maior conexão entre os mercados financeiros e de capitais, podem contribuir viabilizar uma estrutura de financiamento mais dinâmica e diversificada na economia brasileira, com uma participação ainda maior do setor privado.